



REVISTA DA ANINTER-SH
Volume 2, 2025 – Artigo: 21
ISSN: 2965-954X
Received: 21/11/2025
Accepted: 29/12/2025

D.O.I. <http://dx.doi.org/10.69817/2965-954X/v2a21>

SOBERANIA ALIMENTAR, AGRICULTURA E AMBIENTE

Diamantino Pereira

Professor do curso de Gestão Ambiental da EACH-USP e do Programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP)

diamantino@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4685-4293>

Resumo

O texto articula soberania alimentar e agroecologia como projetos políticos que contestam o modelo hegemônico do agronegócio, responsável por desigualdades socioambientais, concentração de terras e degradação ecológica. Defende-se que a agroecologia vai além da substituição de insumos, exigindo uma transformação sistêmica baseada na biodiversidade, na intensificação do trabalho e na valorização de saberes locais. Critica-se a “agroecologia convencionalizada”, que mantém a lógica industrial, e propõe-se uma transição agroecológica radical, vinculada à reforma agrária popular e à democratização do acesso à terra. A Via Campesina e movimentos como o MST são destacados como sujeitos centrais na luta por sistemas alimentares justos, baseados em circuitos curtos, equidade e consciência ambiental. Conclui-se que a transformação necessária é política, exigindo a reorganização do sistema alimentar global e a superação do paradigma mercantilizante das relações socioambientais.

Palavras chave: Soberania Alimentar; transição agroecológica; biodiversidade.

Abstract

The text articulates food sovereignty and agroecology as political projects that challenge the hegemonic agribusiness model, responsible for socio-environmental inequalities, land concentration, and ecological degradation. It argues that agroecology goes beyond the substitution of inputs, demanding a systemic transformation based on biodiversity, the intensification of labor, and the valorization of local knowledge. It criticizes "conventionalized agroecology," which maintains an industrial logic, and proposes a radical agroecological transition linked to popular agrarian reform and the democratization of access to land. Via Campesina and movements like the MST (Landless Workers' Movement) are highlighted as central actors in the struggle for just food systems based on short supply chains, equity, and environmental awareness. It concludes that the necessary transformation is political, requiring the reorganization of the global food system and the overcoming of the commodification paradigm of socio-environmental relations.

Keywords: Food sovereignty; agroecological transition; biodiversity.

Introdução

Este texto articula os temas da soberania alimentar e agroecologia com o objetivo de caminhar no sentido de desvendar, nos movimentos sociais e na análise científica crítica ao modelo do agronegócio, quais as reflexões e práticas podem ser gestadas no sentido de enfrentar questões socioambientais em suas motivações mais profundas e abrangentes.

A alimentação é um elemento central da existência na medida em que é fundamental para a nossa manutenção como seres vivos, especialmente em relação às qualidades nutricionais dos alimentos. Mas não para por aí, pois para alimentação ser efetivada estabelecem-se relações socioculturais, econômicas e ambientais ligadas de forma indissolúvel. Disso decorre que, a forma como as sociedades humanas têm se organizado para conseguir os alimentos necessários à sua manutenção como seres vivos sempre foi um fator de extrema importância.

O fato de, no Brasil, apesar da alimentação ser considerada um direito, essa formalidade não faz com que seja efetivado, o que criou um campo fértil para que movimentos sociais e acadêmicos com foco em aspectos relacionados à alimentação tenham ganho grande repercussão.

O problema da desnutrição e da fome é sempre um problema político e, na maioria das vezes, não se trata de escassez de alimentos, até porque essa disponibilidade tem aumentado constantemente. Consideramos que não basta afirmar que o problema da fome, para algumas camadas da população, é derivado da incapacidade de acesso aos alimentos, temos que nos perguntar porque essas pessoas não conseguem ter seus direitos efetivados, o que nos leva para a questão da desigualdade social que tem aumentado em escala planetária, afetando particularmente a parcela mais pobre das populações mundiais, tornando-se evidente que essa situação se manifeste de forma concreta em relação à alimentação, que é, além disso, potencializada pela própria dinâmica de toda a estrutura de produção, comercialização e consumo dos alimentos.

Essa estrutura produtiva, na medida em que consiste em atividades relacionadas, pode ser considerada como um sistema agrícola, abrangendo todas as atividades, processos e interações envolvidas na produção primária de alimentos, fibras e outros produtos agropecuários, constituindo-se como um subsistema integrante do sistema alimentar mais amplo. Sua abrangência e atividades devem ser compreendidas dentro de um contexto sistêmico, considerando suas relações com

outros componentes do sistema alimentar e com os sistemas ecológicos, econômicos e sociais nos quais está inserido. Em resumo, o sistema agrícola é um componente importante do sistema alimentar em relação às dimensões ambientais, econômicas e sociais.

Sistema agrícola e agroecologia

O sistema agrícola hegemônico é caracterizado pelo agronegócio, baseado na monocultura, na dependência de insumos fósseis (fertilizantes químicos e agrotóxicos) e na financeirização da terra, é um dos principais vetores das mudanças climáticas que se manifestam (I) nas emissões de gases de efeito estufa que são responsáveis por aproximadamente $\frac{1}{4}$ das emissões globais (IPCC, 2023), especialmente via desmatamento e pecuária intensiva, (II) na perda da biodiversidade provocada pela homogeneização dos sistemas produtivos que reduz drasticamente a agrobiodiversidade, ameaçando ecossistemas e culturas alimentares tradicionais e (III) na injustiça socioambiental na medida que apresenta como resultado de sua hegemonia a concentração de terras, expulsão de comunidades tradicionais e precarização do trabalho rural. Nesse sentido, a agroecologia e a soberania alimentar não são meras "alternativas técnicas", mas projetos políticos que contestam a mercantilização da natureza e dos alimentos (Via Campesina, 2024).

Do ponto de vista agrônomo, a agroecologia se preocupa com as relações sistêmicas entre as práticas agrícolas e o ecossistema onde elas estarão alojadas, definindo então como elemento fundamental de análise o agroecossistema: o prefixo agro define a predominância humana na gestão, ou melhor, na produção desse espaço produtivo.

Como se projeta a visão da prática agrícola a partir das dinâmicas agroecológicas e como a atividade humana detém o processo da ação transformadora, ao contrário dos ecossistemas sem intervenção humana direta, vários procedimentos são necessários para que as condições de partida possam ser pelo menos mantidas em relação à questão da fertilidade e ao controle de pragas e doenças, procedimentos, por exemplo, transformados em princípios da Agroecologia como a reciclagem e a diversidade, assim como a manutenção do material orgânico no solo, fundamental para a dinâmica biológica que capacita o processo de liberação do nutrientes minerais presentes para as plantas.

Consideramos a opção agroecológica não apenas como uma alternativa agrônoma ao agronegócio, mas um modelo presidido por outra lógica que não a do

lucro e da acumulação do capital. Entretanto essas dimensões se cruzam e é por isso que o estudo da dimensão agrônômica deve ser aprofundado no sentido de desvendar suas amarras com o sistema alimentar dominante. Um exemplo importante da discussão da dimensão agrônômica é aquilo que alguns autores denominam “bifurcação”, referindo-se à lacuna entre fazendas orgânicas “agroecológicas”, que são baseadas na biodiversidade, e as “convencionalizadas”, que dependem predominantemente de insumos externos. Estas últimas estariam envolvidas em longas cadeias de suprimentos análogas às lógicas industriais dominantes, enquanto as formas de condução agrícola baseadas sobretudo na biodiversidade fariam parte de cadeias de suprimentos locais curtas que valorizam as práticas agroecológicas.

Ploeg denomina a produção baseada na diversidade como agricultura camponesa e considera a intensificação do trabalho, que é necessária para que se tenha uma maior produção interna de insumos em detrimento de acessá-las via mercado, como um fator distintivo, que ele denominou como “capital ecológico” na medida em que se trataria de uma troca não mercantilizada com a natureza. Dessa maneira, quanto mais abrangente for esse processo, o trabalho será mais intenso, mas os custos monetários da produção serão menores, assim como será menor a dependência de fornecedores e também o endividamento do produtor (Ploeg, 2010).

Entretanto, um novo sistema alimentar baseado na pequena propriedade de produtores camponeses e familiares não tem condições de se configurar no âmbito do atual sistema que age com uma brutal concentração de terras, o que leva, portanto, à necessidade de implementação de um processo de reforma agrária popular como condição para a mudança do sistema alimentar.

E a opção desses pequenos produtores pela agroecologia não deve ser encarada apenas como uma opção agrônômica, mas uma estratégia de transformação socioeconômica e ambiental, oposta ao modelo do agronegócio. E, caminhar no sentido dessa transição não é possível sem a democratização da terra pois não há condições para a agricultura familiar e a agroecologia se desenvolverem de forma adequada em um ambiente de concentração fundiária. É por isso que esse processo de transformação não é apenas necessário. Na verdade ele é impossível sem a viabilização de uma reforma agrária, não apenas com redistribuição de terras, mas como um projeto de transformação que exige mais do que um novo modelo agrícola, cumprindo a função de gerar trabalho e renda no campo, enfatizar a produção de alimentos e não de commodities, proteger a natureza reduzindo

substancialmente a emissão de GEE e, acima de tudo e principalmente, contando com o fortalecimento da organização popular como meio efetivo de um processo de transformação.

Mas é necessário um aprofundamento de discussão sobre a agroecologia sobretudo porque se trata de um campo em disputa, com distintas concepções:

Alguns autores aponto que se estaria estabelecendo uma “bifurcação” entre a agroecologia "convencionalizada" e a agroecologia camponesa: Van der Ploeg (2016) e Pepin et ali (2021) apontam uma divisão crescente entre propriedades orgânicas certificadas, voltadas para mercados de maior poder aquisitivo, mas dependentes de insumos externos à propriedade e, de outro lado, a agroecologia camponesa, baseada na biodiversidade e em circuitos curtos de comercialização.

A agroecologia convencionalizada é a que substitui os insumos químicos por orgânicos ou biológicos, tratando-se de uma agricultura denominada como orgânica que Caporal, Costabeber e Altieri não consideram o melhor exemplo de uma agricultura com base na agroecologia, uma vez que os procedimentos convencionais poderiam ser mantidos e ficariam de fora os princípios da reciclagem e da diversidade, além da subordinação aos insumos elaborados industrialmente. Essas observações, inclusive, é que colocaram, para muitos produtores, que procediam segundo os princípios agroecológicos a não quererem mais ser denominados apenas como orgânicos.

Transição agroecológica

Gliessman estabeleceu o que seriam os princípios da transição da agricultura convencional no rumo da agroecologia ao enumerar (inicialmente) os clássicos três passos: (I) racionalização do uso de insumos, sobretudo os prejudiciais ao ambiente; (II) substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas e (III) “redesenho do agroecossistema de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos” (Gliessman, 2000, p. 574). Posteriormente, o autor acrescentou mais dois passos, mas antes de tecer algumas considerações sobre eles vamos comentar estes três primeiros.

O autor pressupôs esses passos considerando uma trajetória possível de um produtor convencional rumo a uma produção agroecológica. Entretanto, as fases de racionalização e substituição podem ser implementadas no campo da agricultura convencional sem nenhum compromisso com essa transição, pois pode apenas se tratar de racionalidade capitalista no caso do primeiro passo, por exemplo, com a

agricultura de precisão e com a substituição dos insumos químicos por biológicos, como a fixação biológica de nitrogênio, sem que haja necessariamente um processo de transição agroecológica. Outros autores referem-se a essas transformações considerando-as como um processo de modernização/racionalização com algum conteúdo ambiental pois são procedimentos que visam aumentar a eficiência do uso de insumos, diminuindo assim os custos de produção e, como subproduto, também poderiam ser reduzidos os impactos ambientais. É um processo de modernização que não questiona os fundamentos dos sistemas agrícolas vinculados ao sistema alimentar hegemônico, configurando-se como sistemas agrícolas baseados na eficiência e na substituição.

Com base nesses modelos desenvolve-se uma disputa em torno de alternativas ao sistema dominante, principalmente ligados a conteúdos limitados do que a propostas de transformação muito mais radicais. Uma disputa de modelos tem levado ao risco de captura corporativa do termo "agroecologia" por modelos denominados como de intensificação, seguidos de um adjetivo de ordem ambiental tais como sustentável, ecológica ou agroecológica. Entretanto, essas "intensificações" apresentam definições, princípios e propostas de práticas ambíguas, o que leva à confusão de seu real significado e alcance, o que leva à utilização desses termos para justificar muitos tipos diferentes de práticas e intervenções, por exemplo, à proposta de agricultura de baixo carbono, mas sem alteração na dinâmica econômica e social e sobretudo sem mencionar a reforma agrária. Esse risco é potencializado pelo fato dessas propostas serem promovidas pela FAO e pelo Banco Mundial que na verdade se configuram como uma agricultura baseada em eficiência/substituição, baseando-se na "eficiência" produzindo mais em menos terra, entretanto com a manutenção da adubação química e, quando possível, a substituição do agrotóxicos químicos por biológicos, em uma abordagem que não questiona o modelo do agronegócio, apenas o "esverdeia", mantendo a dependência de cadeias globais (Taylor, 2018).

O redesenho do agroecossistema mencionado por Gliessman no passo III implica em uma alteração radical no modelo agrícola que não se reduz apenas ao nível da propriedade. Esse redesenho implica no desenvolvimento de uma arquitetura do sistema agrícola que deverá se basear na biodiversidade, o que implica em uma transição dos sistemas agrícolas convencionais para sistemas diversificados, abarcando idealmente o nível de paisagem onde se insere a propriedade em transição. Essas propriedades precisam alterar significativamente os aspectos do

ecossistema, pois são agroecossistemas altamente artificializados e simplificados, em que a disponibilidade de nutrientes e o controle de pragas e doenças são atacados pontualmente pelo manejo do solo e pelo uso de insumos agroquímicos de origem externa à propriedade. Em um sistema agrícola diversificado, a fertilidade do solo e as regulações biológicas dependem principalmente de uma rede complexa de processos ecológicos que são derivados da diversidade e que são severamente restringidos em ambientes monoculturais.

O gerenciamento da diversidade agroecológica é de fundamento complexo, na medida em que cada local de produção apresenta características únicas que devem ser apreendidas, combinando o conhecimento empírico localmente relevante com o conhecimento científico. A agricultura baseada na biodiversidade requer uma maior aprendizagem, para os agricultores, de práticas, que muitas vezes são pouco conhecidas e localizadas em lugares com características muitas vezes únicas, o que encontra um caminho de superação no compartilhamento de experiências com outros agricultores.

O conhecimento dos fundamentos agrônômicos das potencialidades da diversidade no processo de intensificação das dinâmicas ecossistêmicas depende muito dos conhecimentos específicos dos agricultores e ainda é uma área que necessita de pesquisas mais detalhadas e aprofundadas no sentido da identificação mais específicas dos processos a ela vinculados. Mas já existem vários caminhos indicados a partir do que já se tem conhecimento. A biodiversidade compreende tanto a diversidade de espécies introduzida pelo agricultor, quanto pelas que já estão localizadas na área agricultada e também pelos organismos advindos de áreas próximas que, por sua vez, se relaciona com a composição das paisagens circundantes.

O nível 4 proposto por Gliessman transcende a esfera da produção para o nível da articulação social, propondo ações e formas para que se restabeleça uma “conexão mais direta entre aqueles que produzem e aqueles que consomem os alimentos” (Gliessman, Friedmann e Howard, 2019, p. 94). O nível 5 amplia mais ainda a perspectiva de análise pois agora entra a abordagem do sistema alimentar integrando todos os aspectos de produção e consumo com a constituição de “um novo sistema alimentar global, baseado na equidade, participação, democracia e justiça que vai além da sustentabilidade para ajudar restaurar e proteger os sistemas de suporte de vida na Terra” (idem, 2019, p.94).

Não basta, portanto, apenas de mudar a produção (apesar de dever ser), mas reestruturar todo o sistema também em seus aspectos de financiamento, distribuição, processamento e consumo, e neste, inclusive e primordialmente, os hábitos alimentares condicionados pelo sistema homogeneizador do agronegócio. Seguramente os sujeitos envolvidos nesses processos não vão estar interessados nessas transformações na medida em que afetam sua lógica econômica e então, além do poder econômico do capital, temos a sua conversão em poder de influência política condicionando políticas públicas, financiamento de pesquisas segundo suas lógicas e princípios e, inclusive, a captura de órgãos que deveriam ser multilaterais para apresentar determinados aspectos da agroecologia como se fossem “aperfeiçoamento” do agronegócio, consubstanciados na propostas da “intensificação verde” e da “agricultura climaticamente inteligente”. E essas propostas ainda se denominam como sustentáveis porque se trata de um discurso de desinformação, de tecer uma visão hegemônica em que a única forma de sistema alimentar viável ambiental, social e economicamente seria o do agronegócio.

Como não se trata de uma questão de ordem técnica e sim eminentemente política, o poder material e político consubstanciado no estabelecimento do sistema alimentar dominante só vai poder ser desafiado pelo poder (que também é bem material) do movimento popular e, como exemplo marcante e substantivo, o movimento pela soberania alimentar, articulado sobretudo pela Via Campesina que conta entre seus movimentos locais participantes o nosso MST.

E a Via Campesina parte em sua luta nos fóruns mundiais e nos diferentes países onde seus membros atuam na defesa dos pequenos produtores, algumas vezes denominados como camponeses, enfatiza os mercados locais, os circuitos curtos da mercadoria e a produção agroecológica como elemento de equilíbrio ambiental e climático, fundamentos esses que podem ser observados nas resoluções do fórum de agroecologia organizado pela Via Campesina em 2015. Na declaração do fórum internacional de agroecologia destacamos a o direcionamento da luta dos movimentos sociais participantes da Via Campesina em relação à promoção da produção agroecológica por meio de políticas com base nas economias locais, no reconhecimento do papel central da mulher, na busca pelo compartilhamento de conhecimento entre os próprios produtores no sentido de construir alianças para desenvolver e divulgar a concepção da agroecologia com base nesses princípios, o que a levaria a proteger a biodiversidade e os recursos genéticos e consequentemente

contribuir para resfriar o planeta e se adaptar às mudanças climáticas, além de denunciar e combater a captura corporativa e institucional da Agroecologia (Via Campesina, 2015, p. 4 a 6)

Então, temos um movimento que, além de se colocar em defesa dos pequenos produtores ainda se pauta pela luta pela agroecologia, e esta, que nasceu querendo ser apenas uma ciência, adquiriu também a forma de uma prática agrícola e a forma do movimento social do qual a Via Campesina é apenas um exemplo.

O ataque à lógica do agronegócio envolve necessariamente a indicação de outra que opção que, necessariamente, coloque a questão alimentar como um direito e não necessariamente como uma commodity. A lógica da produção baseada na pequena propriedade com base no trabalho intensivo tem sido colocada em dúvida sobre sua capacidade de alimentar o mundo e conseguir a soberania alimentar para todos, uma vez que até parece um sacrilégio escapar do paradigma da substituição do trabalho direto, enfatizando em seu lugar a centralidade do trabalho. Pode parecer, mas tem fundamento.

Ploeg, ao contrário de Abramovay, define o pequeno produtor camponês articulado com o mercado, e mais que isso, como tendo sua condição baseada na “criação e desenvolvimento de uma base autogerida de recursos” que poderia ser fortalecida por outras múltiplas atividades, inclusive não agrícolas. Esse modo de produção apresentaria a condição de estabelecer como valores “a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível” e isso conseguido com a centralidade do trabalho e trabalho intensivo.

E essa centralidade tornar-se-ia estratégica na medida em que o “distanciamento dos grandes mercados a jusante (controlados pelo sistema alimentar dominante) poderia contribuir para aumentar a margem de manobra no sentido da priorização do valor ecológico que se colocaria como econômico justamente por ser ecológico.

Então, teríamos o que ele denomina como capital ecológico baseado na redução dos insumos monetizados e a terra, importante não apenas como fator de produção, mas também como um ponto de valor ecológico. Assim, a agricultura poderia readquirir o sentido da coprodução estabelecida pela relação entre os humanos e a natureza viva.

É com essa conotação que poderíamos citar a concepção da cidadania agrária proposta pelo MST que só pode ser realizada através de uma relação profunda e transformadora com a terra. A sua base material é o acesso à terra (um bem social

que garante trabalho, sustento e moradia) como direito fundamental que se viabiliza com a reforma agrária popular. Com o acesso à terra, não se propõe que se constituam “agronegócios” mas que se estabeleça a produção de alimentos com base nos princípios agroecológicos que citamos anteriormente e que possam dar conteúdo ao designio contitucional da “função social da terra” de produção para toda a população, e não commodities para exportação. A cidadania agrária proposta pelo MST é um projeto político abrangente, redefinindo a própria ideia de cidadania no contexto brasileiro, argumentando que não há democracia plena nem justiça social sem uma profunda reforma agrária.

Devemos ainda notar que a dominância do agronegócio global provocou a liberação de um grande contingente de pessoas no campo e na cidade (para onde grande parte foi expulso) e a marginalidade a que essas pessoas foram submetidas mostra socialmente que não há alternativa viável de subsistência digna naquilo que é denominado como modernidade capitalista da cidade. A alternativa de buscar a solução dos problemas de sobrevivência apenas migrando do campo para a cidade passa paulatinamente a povoar com menos frequência o imaginário dos pobres e marginalizados do campo, notando-se em vários lugares do mundo o recrudescimento da luta pela terra por essa população marginalizada ao mesmo tempo em que, do lado do capital, o fenômeno do *land grabbing* também se acentua. É o que Mançano nomeia como conflitualidade referindo-se à luta de classes no campo, materializada na disputa territorial entre projetos antagônicos de sociedade entre a lógica do agronegócio e a do campesinato.

Questão agrária e ambiente

É com base nessa situação que McMichael afirma que a questão agrária na atualidade deveria invocar a questão ecológica relativa ao combate à degradação e restauração dos agroecossistemas não se restringindo à questão da terra e do trabalho na medida em que na atualidade a produção agropecuária é amplamente dominada pelas corporações transnacionais e regulada por instituições pretensamente multilaterais como a OMC, o Banco Mundial e a FAO que colocou como caminho a produção e consumo de alimentos e fibras baseada em cadeias globais de commodities. Esse modelo desmata para expandir a fronteira agrícola, é monocultor em larga escala, utiliza massivamente agroquímicos, é intensivo em combustíveis fósseis, contribuindo significativamente para as mudanças climáticas e compete de forma agressiva pelo domínio dos bens comuns como a terra (através do

langrabin), água, florestas e a biodiversidade).

Portanto, o fundamento das afirmações, tanto de McMichael, quanto de Mançano, é que a questão agrária atual se configurou em uma disputa pelo acesso aos bens naturais em escala planetária, não se tratando mais apenas sobre a propriedade da terra, mas qual modelo de produção vai dominar, quem vai decidir o acesso e domínio dos bens naturais e em consequência desses fatores, qual será definido o futuro ecológico do planeta.

Dessa forma, invocar a questão agrária hoje é automaticamente invocar a questão ecológica socioambiental, porque ambas estão fundidas no mesmo conflito: a resistência contra a transformação da vida em mercadoria e a busca por alternativas que reconciliem a produção de alimentos com a justiça social e a integridade dos ecossistemas.

Há muitos caminhos para andar, os desafios são grandes, mas o que existe agora não existiu sempre e, logo, pode voltar a não existir em um caminho pavimentado por situações concretas que apenas nos mostram que aquilo que parece utopia pode não ser tão utópico assim, afinal não se diz que aquilo que se sonha em conjunto não é utopia, mas realidade?

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf>.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DURU, Michel et al. How to implement biodiversity-based agriculture to enhance ecosystem services: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 35, jun. 2015.

FERNANDES, Bernardo M.; FELICIO, Munir J. A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar. In: FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. UNESP, 2013.

GLIESSMAN, Stephen. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 1ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, Steve; FRIEDMANN, Harriet; HOWARD, Philip H. Agroecology and Food Sovereignty. **IDS Bulletin - Transforming Development Knowledge**, Brighton, 2019.

IPCC. Mudança do clima 2023; Relatório Síntese. [S.I.]: Painel Intergovernamental

sobre Mudança do Clima - IPCC, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc>>.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Editora Unesp, 2016.

PEPIN, Antonin; MOREL, Kevin; VAN DER WERF, Hayo. Conventionalised vs. agroecological practices on organic vegetable farms: Investigating the influence of farm structure in a bifurcation perspective. **Agricultural systems**, n. 190, 2021. Disponível em: <<https://hal.inrae.fr/hal-03209234v1>>.

PLOEG, Jan D. The peasantries of the twenty-first century: the commoditisation debate revisited. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, 2010.

PLOEG, Jan D. **Camponeses e a arte da agricultura**. Editora Unesp, 2016.

ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. Agroecology versus Input Substitution: A Fundamental Contradiction of Sustainable Agriculture. **Society & Natural Resources**, v. 10, n. 3, 1997.

TAYLOR, Marcus. Climate-smart agriculture: what is it good for? **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 1, p. 89-107, 2018.

THEROND, Olivier et al. A new analytical framework of farming system and agriculture. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 37, n. 21, 2017.

VIA CAMPESINA. Declaration of the international forum for agroecology. **Boletín Nyéléni**, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2015/02/Download-declaration-Agroecology-Nyeleni-2015.pdf>>.

VIA CAMPESINA. Un nuevo marco comercial basado en la soberanía alimentaria. **Boletín Nyéléni**, n. 57, Setembro 2024. Disponível em: <<https://nyeleni.org/es/category/los-boletines-nyeleni-en-espanol/boletin-num-57-un-nuevo-marco-comercial-basado-en-la-soberania-alimentaria-pronto/>>.